

Introdução

Drogas e cultura: novas perspectivas

Beatriz Caiuby Labate,
Maurício Fiore e Sandra Lucia Goulart¹

Uma questão social candente, campo de trabalho de diversos profissionais, especialistas e cientistas, pauta diária dos veículos midiáticos e conversas cotidianas. Esse é o campo que se constrói ao redor de tudo aquilo que envolve a produção, o comércio e o consumo de algumas substâncias, as quais se convencionou chamar, não sem conseqüências, de “drogas”², conformando, dessa maneira, a “questão das drogas”. Não foi sempre assim. O consumo sistemático de um grande conjunto de substâncias capazes de alterar o comportamento, a consciência e o humor dos seres humanos é comprovadamente milenar. No entanto, sua elevação à categoria de problema social é historicamente recente, nada que alcance, com muita boa vontade, muito mais do que um século. Desde então, uma série de atores sociais e instituições estatais e privadas se ocupam dele direta ou indiretamente. Tal qual a violência, a miséria e as doenças, o uso de “drogas” foi alocado no panteão dos males que afligiram a humanidade no século passado. Portanto, pode-se afirmar que muito do conhecimento produzido sobre o uso de “drogas” se construiu sob o ponto de vista do enfrentamento, do combate a um mal. Em outras palavras, desde que as “drogas” e seu uso se tornaram uma questão social relevante, a produção de conhecimento a seu respeito foi, com raras e valiosas exceções, pautada pela lógica da negatividade: não se pode estudar, pensar e discutir a questão do uso de “drogas” sem um posicionamento claramente entrincheirado – a trincheira capaz de conter esse mal.

O campo científico não cumpriu um papel coadjuvante nesse processo. Ao contrário, vê-se com clareza que a ciência foi protagonista, desempenhando papéis aparentemente contraditórios, ora se esforçando em descobrir, isolar e até sintetizar novas moléculas, ora propagando seus malefícios e reivindicando sua proscrição legal. De qualquer forma, foi prioritariamente como um problema de saúde pública que as “drogas” e seu consumo se tornaram objeto de estudo científico, o que acarretou conseqüências importantes. A principal delas foi o predomínio das ciências biomédicas tanto nos debates acadêmicos como naqueles de caráter mais público. Se isso significou, por um lado, avanços significativos para o acúmulo do conhecimento sobre substâncias psicoativas e seus efeitos fisiológicos, terminou, por outro, enfraquecendo a consolidação desse campo de pesquisas em ciências humanas, principalmente

Drogas e cultura: novas perspectivas

perspectivas que não encarassem o consumo de substâncias psicoativas como um problema em si.

Insatisfeitos com a pouca atenção dada ao tema nas humanidades, com tal supremacia das ciências da saúde e com um debate público marcado pelo simplismo e por uma estéril dualidade entre posturas “contra” e “a favor”, um grupo de pesquisadores, com vinculações disciplinares e interesses de pesquisas os mais diversos, todos de alguma forma ligados à questão das “drogas”, começou a se reunir para discutir regularmente o tema. Ainda que houvesse muitos antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e historiadores, enfim, cientistas humanos que se dedicassem ao estudo do fenômeno do consumo de substâncias psicoativas a partir de diversas facetas, parecia haver uma clara dispersão desses esforços, o que enfraquecia a participação das humanidades no debate. Assim, em 2001, depois de algumas reuniões informais que logo se tornaram periódicas e sistemáticas, nasceu o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos, (NEIP).

O resultado das primeiras reflexões coletivas já apareceu quando da escolha de um nome para o grupo: abandonou-se o carregado e ambíguo termo “drogas”, preponderante na discussão acadêmica e cotidiana, em favor de “substâncias psicoativas”, muito mais preciso. Embora a expressão “substância psicoativa” não seja de todo neutra, na medida em que também engendra um ponto de vista nitidamente biomédico, sem dúvida, carrega menos pressupostos morais, permitindo que haja distanciamento dos sentidos, muitas vezes contraditórios, que o termo “droga” normalmente remete (narcótico, entorpecente, tóxico, coisa ruim etc.). Daí já se depreendia um objetivo primordial do NEIP: qualificar o debate sobre o tema, desmistificando sua abordagem.

O NEIP, contudo, foi, desde sua origem, um grupo heterogêneo. Além da diversidade temática, disciplinar e geográfica de seus membros, o perfil desejado para suas atividades nem sempre foi consensual. De qualquer forma, ele se constituiu sob duas vertentes de atuação: a busca pela consolidação de um eixo temático duradouro nas ciências humanas, fincando o pé num campo de pesquisa bastante inexplorado ou, infelizmente, muitas vezes mal explorado; e a inserção direta através de uma postura mais ativa, quase militante, no debate público, buscando influenciá-lo. Se os conflitos não foram plenamente resolvidos, ao menos esses embates dotaram o NEIP de duas características que permaneceram: um espaço de reflexão, articulação e difusão de pesquisas acadêmicas qualificadas e, de forma concomitante, um ator político com posicionamento bem delineado de oposição ao proibicionismo. Entenda-se proibicionismo não apenas como o tratamento jurídico e político que se consolidou como resposta estatal hegemônica à questão das “drogas” no mundo contemporâneo, mas também como toda a interdição e moldagem bélica da pesquisa e do debate público sobre o tema.

Ainda sobre o proibicionismo, vale esclarecer que no NEIP convivem diferentes posições políticas e teóricas a respeito do consumo de substâncias psicoativas e parece ser justamente

esta diversidade a base para a reflexão. Há entre todos os pesquisadores um denominador comum: o questionamento da divisão entre substâncias psicoativas lícitas e ilícitas tal qual se apresenta internacionalmente. Considera-se que boa parte daquilo que se apresenta como o “problema das drogas” não é resultado das propriedades intrínsecas das substâncias, mas sim da atual política proibicionista. Outro ponto comum parece ser o reconhecimento de que, guardadas diferentes perspectivas a respeito, é necessário respeitar o princípio ético da autonomia do indivíduo sobre o seu próprio corpo – incluindo aí o consumo de substâncias psicoativas. Numa palavra, o NEIP é antiproibicionista, o que não significa uma posição simplista “pró-drogas” e menos ainda uma apologia dos seus usos. É importante destacar que não existe, no grupo, uma unidade de visões, uma fórmula ou solução para a legislação e política sobre drogas (i.e. “legalizar”, “descriminalizar”, “despenalizar”, “regular”, “liberar”), bem como não se sustenta um alinhamento total e direto com posições, associações e redes ligados ao tema no âmbito nacional e internacional. O NEIP tem, acima de tudo, um compromisso com as pesquisas científicas sobre drogas, procurando se abster ao máximo de idéias preconcebidas e mantendo uma atitude de constante reflexão sobre o assunto.

Concebendo o consumo de substâncias psicoativas como um fenômeno complexo, que exige diversos olhares e, ao mesmo tempo, contrário aos pressupostos que sustentam o proibicionismo, o NEIP construiu sua trajetória através de diversas atividades, como cursos, debates, simpósios, construção de um site, participação em eventos públicos, estabelecimento de parcerias com grupos e instituições afins etc. Além disso, a formalização de reuniões periódicas abriu a possibilidade de reflexões e discussões acadêmicas, aumentando o rigor intelectual de cada pesquisador.

O Núcleo não possui, até agora, vinculação acadêmica com universidades ou agência de fomento, sendo um grupo autofinanciado cujos encontros são prioritariamente virtuais, o que não exclui as reuniões presenciais. Existem três categorias de pertencimento ao NEIP: pesquisadores fundadores, colaboradores e correspondentes. Os fundadores foram os idealizadores e criadores do NEIP, e são os pesquisadores com maior comprometimento com suas atividades; os colaboradores também participam sistemática e ativamente, e os correspondentes mantêm uma relação mais virtual com os debates do grupo, selando uma conexão com seus propósitos e objetivos. Atualmente, o NEIP é composto por uma rede de sete pesquisadores fundadores, dezoito pesquisadores colaboradores e quatorze pesquisadores correspondentes, totalizando trinta e nove pessoas espalhadas por diversas cidades do Brasil³; há também extensões no exterior: na Espanha, na França, nos Estados Unidos e no Peru.

As principais linhas de pesquisa são o uso religioso de substâncias psicoativas (ayahuasca, iboga, San Pedro e folha de coca), o uso secular ou não-religioso de substâncias lícitas (álcool, tabaco, café etc.) e ilícitas (maconha, cocaína, crack, ecstasy etc.), as políticas de redução de

Drogas e cultura: novas perspectivas

danos, o narcotráfico, os discursos médicos e midiáticos ou o uso terapêutico de algumas dessas substâncias.

O Núcleo mantém um site⁴ – onde disponibiliza currículos, lista de publicações, resumos de teses e de livros, participações em eventos, ementas de cursos, links, livros e textos de seus pesquisadores em português, espanhol, francês e inglês, além de imagens de substâncias psicoativas e de seu universo de consumo.

Além da realização de dois cursos de extensão universitária a respeito das atuais perspectivas nos estudos sobre drogas, no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP),⁵ incluindo um debate sobre a legislação de drogas,⁶ o NEIP promoveu o simpósio *Drogas: Controvérsias e Perspectivas*, que ocorreu nos dias 29 e 30 de setembro de 2005 no Departamento de História da Universidade de São Paulo. O simpósio foi organizado com o apoio da FFLCH-USP, do Departamento de História da USP e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, e contou também com a colaboração de associações de redução de danos.⁷ Vinte e cinco pesquisadores de diferentes áreas se reuniram durante dois dias para compartilhar seus estudos e avaliar o estado da arte das pesquisas sobre “drogas”.

O presente livro é uma reunião dos trabalhos apresentados no simpósio, somados a alguns outros textos.⁸ Embora o livro possa ser entendido como uma espécie de anais do simpósio, terminou por alcançar, ao que nos parece, um objetivo maior. As contribuições de outros autores que não fizeram parte do simpósio serviram não só para enriquecer o time de pesquisadores presentes, mas também para ampliar o leque temático, permitindo um campo mais abrangente de interlocução e debate.

Ainda assim, há lacunas importantes, como uma discussão sobre padrões compulsivos ou desregrados de consumo de “drogas”, chamados comumente de “dependência” (quer se considere esta uma entidade nosológica específica ou não). Se, por um lado, isso indica que há um vácuo de estudos nas ciências humanas a respeito desta temática, por outro assinala que os padrões compulsivos de consumo de substâncias psicoativas (que certamente existem e causam sofrimentos privados e problemas públicos) são menos recorrentes do que formas mais controladas. Isso pode ser dito tanto a respeito das substâncias psicoativas lícitas quanto das ilícitas.

Há ainda uma outra lacuna importante. Por se tratar de um livro que busca agrupar diversas áreas das ciências humanas, a não inclusão de artigos de psicologia e psicanálise pode gerar estranheza. Independente da controvérsia a respeito da sua tipificação, ora considerada como parte das ciências biológicas, ora como um dos campos das humanidades, a psicologia conseguiu, por motivos diversos e que não cabe relatar aqui, legitimidade para tratar do tema “drogas” nunca alcançada pelas demais ciências humanas. Considerando que as abordagens psicológica e psicanalítica são mais conhecidas e divulgadas, optamos por

privilegiar aqui o enfoque das ciências sociais e da história, para ampliar a reflexão sobre as dimensões política, econômica e cultural do tema, explorando as articulações que ele propicia entre saberes, interesses, instituições, políticas, estéticas e subjetividades.

Ainda que não almeje dar conta de toda a atual produção das humanidades sobre o tema, e ressalvadas as lacunas acima, consideramos que esta obra é um passo na consolidação do campo de pesquisa sobre “drogas” nas ciências humanas, sistematizando e expondo contribuições importantes para a discussão acadêmica e para o debate público.

A relutância na aceitação da questão das “drogas” enquanto um campo de pesquisa não apenas legítimo, mas relevante para as humanidades, parece ser resultado de três tipos de equívocos comuns. Em primeiro lugar, há uma tensão constitutiva, principalmente no âmbito das ciências sociais, na distinção entre problema social e problema teórico, já que o primeiro não necessariamente se constitui no segundo. Embora não esperemos resolvê-la, tal tensão pode ser, se tomada de modo absoluto, imobilizadora e pouco produtiva. Ora, não se pode negar que problemas sociais têm movido as humanidades, notadamente as ciências sociais, em sua curta história de vinculação às disciplinas científicas. Através de diversos referenciais teóricos capazes de distanciar observador e objeto, os problemas sociais são historicamente contextualizados e desnaturalizados, o que não deve implicar, em hipótese alguma, a negação de sua importância enquanto tal. Não fosse assim, como explicar a importância política e teórica da contribuição das ciências humanas ao estudo das classes sociais, da identidade racial ou cultural e das separações de gênero, citando apenas três exemplos entre dezenas de outros possíveis? A questão das “drogas”, portanto, se estabelece enquanto um campo de pesquisa não apenas porque se configura num problema social relevante, mas também porque o fenômeno do consumo sistemático de substâncias psicoativas vai muito além do contato físico entre indivíduos e determinadas moléculas.⁹

Diretamente relacionado ao primeiro, um segundo tipo de equívoco geralmente relaciona, de maneira estereotipada, o objeto de estudo ao próprio pesquisador ou, no mínimo, aos seus desejos políticos. Dessa forma, muitos desconfiam do distanciamento do pesquisador ou de suas motivações teóricas, taxando os esforços de pesquisa na área como uma mera militância política em busca de legitimidade científica e intelectual. Pior do que isso, numa perversa operação que minimiza o que de fato deve ser motivo de discussão científica – o texto, sua argumentação e validação empírica – se atenta às características pessoais daquele que o produziu. Tal como ocorre em campos de estudo sobre raça e sexualidade, nos quais muitas vezes negros (no caso do Brasil) são os que estudam discriminação racial e os homossexuais aqueles que se interessam pelo estudo da homossexualidade, seriam consumidores de “drogas” aqueles que se preocupariam

Drogas e cultura: novas perspectivas

com o estudo dessa temática. Seja qual for a ligação entre o objeto de estudo e o pesquisador, assumir posicionamentos políticos parece ser, desde que não acarrete no comprometimento da objetividade dos trabalhos, não apenas inevitável, mas desejável. O pressuposto da neutralidade científica já foi há muito superado e achamos, sim, que a experiência acumulada em pesquisas acadêmicas deve influenciar o debate, enriquecendo-o. Por outro lado, a defesa do experimentalismo empírico de substâncias psicoativas como uma possível ferramenta para a compreensão do “fenômeno das drogas” nos parece legítima. Não se deve nem negar as possibilidades de pesquisa envolvendo o autor como um dos focos de observação, nem postular a priori que todas as pesquisas sobre “drogas” são, na verdade, resultado do esforço de “usuários disfarçados de acadêmicos”.

Por fim, um terceiro tipo de equívoco, de certa maneira exógeno ao campo das humanidades, costuma diminuir a importância desta no estudo da questão das “drogas”. Trata-se, como discutimos acima, de uma espécie de repartição do trabalho intelectual, segundo a qual caberia às ciências biológicas o estudo do consumo e da natureza das substâncias psicoativas, sendo destinada às ciências humanas a pesquisa sobre as suas conseqüências sociais mais claras, notadamente o tráfico e a violência. Ainda mais danoso é o fato de as ciências sociais, principalmente a antropologia, serem vistas pelas chamadas *hard sciences* como sinônimo de metodologias qualitativas de pesquisa e, portanto, complementares aos estudos laboratoriais ou epidemiológicos, esses sim de natureza “objetiva”.¹⁰ Esse tipo de hierarquização do conhecimento se esconde sob o pressuposto de que “todos os estudos têm sua importância”, mas, na verdade, confere às ciências sociais o papel de “cereja do bolo”, aquela parte interessante, politicamente correta, mas de menor importância no entendimento do fenômeno.

Vale lembrar que as ciências humanas dispõem de amplo leque de ferramentas metodológicas, que vão da pesquisa de fontes históricas primárias aos grandes *surveys* amostrais, passando por estudos qualitativos, ainda que, note-se aqui, muitas pesquisas na área da saúde lancem mão de estudos chamados de “etnográficos”, dando esse nome, geralmente, a todos os tipos de pesquisa de cunho qualitativo. A apropriação e vulgarização da idéia de “observação participante” – que não implica somente uma ferramenta metodológica, mas uma conjunção de técnicas de pesquisa de campo com determinadas discussões teóricas, como a relação entre sujeito e objeto na produção do conhecimento científico – contribui ainda mais para o ofuscamento e diluição do papel das ciências humanas na compreensão do fenômeno do consumo de substâncias psicoativas. Esse processo é ainda mais evidente quando há o emprego banalizado, na literatura psicológica e médica sobre o uso de “drogas”, de alguns conceitos forjados na antropologia e na sociologia, como “cultura das drogas” e “problema de integração social”. Esses conceitos são usados com sentidos contraditórios, ora significando algo positivo, como proteção, ora significando comportamentos a serem combatidos.

Esse livro busca superar alguns desses desencontros, reafirmando a necessidade de se levar a sério o campo de pesquisa que se estabelece ao redor do consumo de substâncias psicoativas. Progressivamente, os pesquisadores das diversas áreas das humanidades se fazem ouvir, não apenas a partir de seus atributos acadêmicos (titulações, cargos etc.), mas com pesquisas reveladoras e substanciais. Não se trata, é necessário ressaltar, de uma espécie de “cabo de guerra” entre ciências humanas e ciências biológicas (que tampouco são homogêneas entre si), em que cada um se fecha sob seu prisma disciplinar e minimiza, quando não ignora, a importância do entendimento interdisciplinar do tema. O fato de essa coletânea ter se restringido aos artigos produzidos pelos pesquisadores vinculados às humanidades não deve ser visto como um capítulo dessa batalha entre áreas; pelo contrário, os textos nos fazem ver com clareza como a batalha é inócua e como o fenômeno é muito mais complexo do que as divisões disciplinares e profissionais. Seguindo uma tendência geral, buscamos abandonar um tipo de especialização fechada ao diálogo interdisciplinar e que se torna irrelevante frente a um fenômeno complexo e multifacetado.

Cabe, ainda, uma consideração sobre os vários modelos de “prevenção” ao chamado “uso indevido de drogas”. Entre os especialistas tem sido cada vez mais consensual que as políticas de “repressão” ou “demonização” do uso de drogas se mostraram historicamente ineficazes. As propostas caminham muito mais no sentido da informação e da educação, tornando disponível para a sociedade, principalmente os jovens, um conjunto de informações mais precisas sobre as “drogas” e seus efeitos. Todo um arsenal de técnicos e especialistas – ao lado da figura emergente do “usuário profissional” – vêm disputando espaços e recursos estatais e privados para desenvolver projetos de “prevenção”, nas suas modalidades primária ou secundária. Nesta obra sugerimos que outra possível forma de evitação do “uso problemático” de “drogas” – problema real, que aflige a muitos, podendo trazer conseqüências cruéis e muitas vezes irreversíveis – é propor um olhar diverso sobre o tema, retirando-o do lugar de fala onde habitualmente se encontra.

Trata-se de não confundir a especificidade da questão das “drogas” com seu isolamento ou, noutras palavras, com a sua naturalização como algo essencialmente negativo. Várias ações cotidianas encadeiam riscos – por exemplo, dirigir carros, praticar esportes, viajar, comer e fazer sexo; o mesmo vale para as “drogas”. Se o consumo de “drogas” pode potencializar comportamentos compulsivos, deve-se lembrar que pode ocorrer também dentro de relações sociais estáveis, não prejudiciais e integradas em múltiplas dimensões da vida dos sujeitos.

Seja como for, os artigos deste livro parecem convergir em alguns sentidos. Em primeiro lugar, que as “drogas” não podem ser reduzidas às suas propriedades farmacológicas, isto é,

Drogas e cultura: novas perspectivas

não são algo em si mesmo, mas implicam sempre uma relação, significam algo em oposição a outra coisa. Só pode haver fármaco se há veneno, e vice-versa. Este tipo de entendimento não é, diga-se de passagem, exclusivo das ciências humanas – segundo determinados discursos médicos, o uso “dependente” de uma determinada substância pode ser uma forma de automedicação, de “remédio” para outro tipo de problema (como, por exemplo, a depressão). Em segundo lugar, ao observarmos como outros povos – distantes no tempo ou no espaço – classificam as substâncias, instauram formas de controle próprias e lidam com as formas de abuso, talvez possamos pensar em novas políticas para o controle e regulamentação do uso de “drogas” entre nós.

O livro está dividido em três seções. A primeira, “A história do consumo de drogas e sua proibição no Ocidente”, contém três artigos, os quais destacam uma reflexão sobre a emergência e a lógica constitutiva do proibicionismo que, como dito anteriormente, pauta as legislações sobre as substâncias consideradas “drogas”. Os artigos de Eduardo Viana Vargas e Thiago Rodrigues elaboram uma reflexão detalhada sobre as raízes históricas da instauração desse regime. O artigo de Vargas pretende empreender o que autor denomina de “genealogia das drogas” no mundo ocidental. Partindo do último período da Idade Média, e remontando ao imaginário ligado às Cruzadas e à conquista do Oriente, o autor problematiza a noção de droga, situando, inclusive, os fundamentos desta noção no contexto dos contatos entre os europeus e seus “outros”. Nesse sentido, estabelecem-se relações estreitas entre os sentidos atuais atribuídos às drogas e o fascínio pelo “exótico”: o ambíguo fascínio pelo “outro” está na raiz da relação tensa e paradoxal da sociedade ocidental com um conjunto de substâncias que, com o desenvolvimento, no século XIX, da indústria farmacêutica, serão, a um só tempo, vistas como panacéias para diversos problemas, mas também portadoras de muitos outros males.

Já Rodrigues se debruça sobre a análise do movimento proibicionista a partir do enfoque do contexto estadunidense que se delineia a partir do final do século XIX, mas toma contornos definitivos no início do XX. Ele procura esmiuçar a lógica e as motivações mais profundas daquilo que acabou se configurando como a “guerra às drogas”. Através de uma argumentação que sustenta que esta guerra envolve, sobretudo, intenções morais e interesses geopolíticos, o autor empreende uma detalhada exposição da emergência dos diversos tratados internacionais sobre a regulamentação de substâncias psicoativas ao longo de todo o último século. Rodrigues aponta o papel crucial do governo dos Estados Unidos nesse processo de regulamentação, enfatizando que a “guerra às drogas” norte-americana mobiliza, na verdade, uma cruzada contra grupos específicos: minorias raciais e sociais e populações excluídas dos mercados econômicos formais. Ainda aqui se trata, de certo modo, de uma questão de alteridade, isto é,

da maneira pela qual se representa o “outro”, pois substâncias consideradas “perigosas”, “tóxicas”, “venenosas” são comumente associadas a determinadas classes sociais, marginais e ameaçadoras.

O artigo de Henrique Carneiro trata dos desdobramentos do proibicionismo na esfera da intimidade e, portanto, toca num princípio de liberdade individual caro para a formação cultural norte-americana, país que lidera a “guerra às drogas”. Carneiro remete o tema do uso de psicoativos a uma ampla discussão a respeito dos direitos individuais, das disposições da subjetividade humana, do corpo, da percepção, dos gostos. Em última instância, para o autor, tratar do consumo de determinadas substâncias e dos critérios que as classificam como lícitas ou ilícitas é refletir sobre as relações complexas entre a força das pressões sociais e o plano da autonomia humana.

Finalmente, fecha essa seção o artigo de Maria Lucia Karam, que faz uma análise minuciosa da última lei brasileira referente ao tema, promulgada em outubro de 2006 (lei n. 11.343/06). A partir de uma perspectiva jurídica, Karam examina vários aspectos da lei n. 11.343, apontando que, a despeito de uma pretensa inovação alardeada pelos seus autores e defensores, a lei continua tipificando a produção, o comércio e o consumo de substâncias ilegais como crimes, além de impor uma forma de processo penal autoritária que viola princípios fundamentais do Estado de direito.

O grupo de textos agrupados na segunda parte desta coletânea, denominada “O uso de drogas como fenômeno cultural”, toca na questão da interdisciplinaridade que caracteriza o tema. Os três textos que integram esta seção, de modos diversos, sugerem uma combinação de perspectivas que envolvem diferentes ciências. A discussão, enfocada especialmente nessa seção de textos, mas que perpassa toda a presente obra, é fundamental à própria história da constituição da ciência moderna. Trata-se de um velho embate, aquele travado entre o papel da objetividade e da subjetividade na produção e definição do conhecimento científico. Toda essa discussão destaca, assim, a perspectiva segundo a qual nenhuma ciência é neutra ou isenta de certos pressupostos valorativos.

A seção é aberta com a entrevista realizada por Maurício Fiore com o antropólogo Gilberto Velho, que, na década de 1970, empreendeu um estudo pioneiro sobre o uso de substâncias psicoativas ilícitas em grupos urbanos da classe média do Rio de Janeiro.¹¹ Na entrevista, além de revisitar sua obra, Velho trata de suas principais referências teóricas e da urgente reflexão política sobre a questão das “drogas” em nível mundial.

O segundo texto desta seção, de Maurício Fiore, se detém no exame de alguns aspectos dos “saberes médicos” sobre as drogas. Fiore discute especialmente as noções de risco e prazer, que, para ele, são pressupostos cruciais na construção das abordagens e práticas médicas sobre uso de “drogas” predominantes no cenário nacional e internacional. O autor enfoca a medicina como um saber que é, também, poder, produto de contextos particulares e, por

Drogas e cultura: novas perspectivas

outro lado, produtor de realidades. Em última instância, trata-se, aqui, de problematizar conceitos que povoam o debate público sem que haja uma devida reflexão a respeito dos seus sentidos e pressupostos.

Talvez o artigo de Stelio Marras seja o que mais diretamente relativiza a produção das ciências biomédicas. Penetrando no âmbito do universo da biomedicina, Marras analisa a lógica e os procedimentos que pautam a síntese das chamadas moléculas medicamentosas. Sua argumentação destaca, por um lado, a relevância da noção de efeito placebo, e por outro, os testes que buscam neutralizá-lo na produção dos fármacos. Ao apontar como a medicina dota o placebo de um sentido subjetivo cuja filtragem é missão primordial da pesquisa médica, o artigo de Marras propõe uma reflexão a respeito das dicotomias sujeito-objeto e natureza-cultura que desafiam e balizam a ciência contemporânea. A partir dessa argumentação, o autor especula que o próprio estatuto ilegal conferido a determinadas moléculas passa pela resistência que oferecem à estabilização, ameaçando toda uma ordem pressuposta entre um indivíduo consciente e a sociedade que o cerca.

A última seção desta obra, intitulada “Uso de drogas: diversidade cultural em perspectiva”, agrupa o maior número de artigos, apresentando diferentes abordagens do tema das drogas. A partir dos olhares da antropologia e da história, são analisados tanto fenômenos contemporâneos quanto objetos mais distantes no tempo, em alguns casos procurando-se, inclusive, estabelecer paralelos entre os significados atuais e os sentidos que orientaram os usos de “drogas” no passado.

O artigo que abre essa seção, do historiador Norberto Guarinello, aborda os contextos culturais da produção e do consumo do vinho entre as populações do Mediterrâneo, na Antiguidade clássica. No seu relato histórico, Guarinello aponta para a multiplicidade de significados, implicações e classificações a que o vinho estava sujeito na Antiguidade. Emblema dessas civilizações, o vinho assumia o papel de alimento, estimulante psicoativo e demarcador social. A centralidade econômica e cultural do vinho no berço da civilização ocidental, argumento central do autor, parece iluminar o debate contemporâneo sobre o papel do Estado na regulação do consumo dessas substâncias, que muitas vezes ignora os potenciais agregadores e socialmente relevantes do consumo de diversas substâncias, inclusive o álcool.

Outro artigo que enriquece o olhar historiográfico é o de Alexandre Varella, que analisa a obra de Guaman Poma, um índio ladino¹² e cronista que viveu na passagem dos séculos XVI e XVII e escreveu não apenas sobre sua época, mas sobre a história pré-colombiana de seu povo, enfocando suas considerações sobre o uso de psicoativos como as folhas de coca e a chicha, uma bebida fermentada à base de milho. Através da obra de Guaman Poma, Varella procura compreender aspectos do imaginário indígena a partir do contato e a sua tentativa de encontrar um lugar no imaginário cristão ao qual se adaptava. O cronista, aponta o autor, indicava a embriaguez como a causa do atraso cultural dos índios, da sua decadência moral,

fonte de vícios e prazeres do corpo, em oposição às virtudes e a razão; o uso da coca, por sua vez, era associado à dinastia Inca, responsável também pela idolatria e a feitiçaria. O artigo explicita, assim, como o consumo de algumas substâncias psicoativas foi central na construção de identidades negativas, no ponto de vista do colonizador, e positivas, como forma de resistência dos colonizados.

Se esses artigos contribuem para a reflexão acerca do consumo de substâncias psicoativas através dos diversos sentidos em diferentes momentos da história, os trabalhos de Laércio Fidelis Dias e Renato Sztutman partem de um olhar etnológico para relativizar as perspectivas e as abordagens convencionais sobre o tema. Dias analisa os contextos de consumo de bebidas alcoólicas entre grupos Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi, do extremo Norte do Estado do Amapá. Ele destaca que, entre essas populações indígenas, as bebidas alcoólicas têm profunda importância simbólica, sendo seu consumo relacionado à organização dos valores, normas, hierarquias sociais, bem como à estruturação de relações interpessoais e da própria subjetividade. Ao examinar o sentido que esses grupos conferem ao excesso e à embriaguez, suas pautas sobre o consumo “desejável” e “patológico”, o artigo de Dias oferece interessantes *insights* sobre as concepções ocidentais de “dependência”, “adição” ou “abuso”.

Já o artigo de Sztutman se debruça sobre as concepções de grupos de língua tupi-guarani acerca de suas bebidas fermentadas. O autor analisa, a partir de diversos relatos históricos, tanto grupos que viveram nos séculos XV e XVI, quanto grupos contemporâneos. Além de fornecer uma rica variedade de dados etnográficos sobre os modos de confecção e consumo destas bebidas entre povos tupi-guarani, Sztutman procura examinar o que ele denomina de teorias indígenas sobre as substâncias psicoativas, tecendo uma análise bastante original acerca do consumo de psicoativos. O artigo ressalta que, entre esses povos, a classificação desse tipo de substância e de seus efeitos está relacionada a toda uma outra concepção sobre o mundo natural (e não apenas sobre psicoativos), na qual seres humanos e não humanos são vistos como agentes, isto é, portadores de consciência, subjetividade e vontade. Esse tipo de personificação das substâncias psicoativas implica formas de classificações que vão além de dualismos clássicos (como “corpo” e “mente” ou “objetivo” e “subjetivo”, entre outros), assim como das categorizações das substâncias de acordo com suas características químicas “objetivas”, conforme as pressões de um contexto sociocultural (artificial e externo), ou ainda em função da psique dos consumidores.

Na mesma seção encontra-se o artigo de Anthony Henman, inicialmente a conferência de abertura do Simpósio que deu origem a esta coletânea. Trata-se de um pesquisador de trajetória incomum, já que conjuga sua carreira acadêmica com um trabalho intenso em organizações internacionais de redução de danos e antiproibicionistas e com práticas experimentais sistemáticas.¹³ Henman discute alguns dos usos da folha de coca na região andina, num período que abrange os últimos cinquenta anos. Recorrendo tanto a reflexões de

Drogas e cultura: novas perspectivas

natureza filosófica, quanto a teorias antropológicas contemporâneas, Henman contrapõe a lógica que rege a atual política proibicionista aos sentidos atribuídos pelas populações tradicionais andinas ao uso da coca e de outras substâncias psicoativas. Nestes contextos, há uma ética, ignorada pelos *policy makers* ocidentais, marcada por uma valorização espiritual e intelectual destas substâncias, o que fica claro com a denominação que muitas delas recebem: plantas mestras (ou “plantas-maestras”, em espanhol), aquelas que são dotadas de conhecimento e que podem transmiti-los. Reconhecendo a coca como um sujeito histórico e co-dependente do ser humano, o autor critica severamente o atentado antropocêntrico contido na tentativa da “guerra às drogas” de extirpar uma espécie vegetal da face da terra. Ao mesmo tempo, atenta para as potencialidades da folha de coca nas terapias de substituição do uso abusivo de cocaína.

Dois artigos desta seção se debruçam diretamente sobre o caso das religiões brasileiras usuárias da bebida psicoativa conhecida pelos nomes de ayahuasca, daime, vegetal, entre outros. O primeiro deles, de Sandra Lucia Goulart, parte de uma descrição sintética das características e das diferenças que perfazem o Santo Daime e a União do Vegetal para, então, se deter sob dois períodos fundamentais da história dessas religiões: o seu surgimento, na Amazônia, e a contemporaneidade, marcada por um intenso processo de expansão. A autora examina os estigmas sofridos pelos cultos ayahuasqueiros nestes dois momentos de sua história, procurando contextualizá-los com o intuito de revelar a relação dessas igrejas com o Estado e a sociedade. Nesse sentido, o artigo faz um importante relato sobre os modos como essas religiões vêm sendo percebidas e classificadas por agentes do governo e também pela mídia, por representantes da intelectualidade, do meio acadêmico, jurídico ou médico, desde seu aparecimento na década 1930, no Acre, até os dias de hoje, com as novas regulamentações sobre o consumo da ayahuasca. Das perseguições que as associavam ao curandeirismo, à macumba e aos estigmas de raça, na primeira metade do século XX, Goulart se volta para as questões contemporâneas que envolvem o uso da ayahuasca, como as acusações que classificam a bebida de “droga” ou “tóxico”, denúncias de mercantilização (venda e turismo) ou até o receio de que novas formas de utilização da bebida no Brasil e no exterior possam deturpar a “autêntica tradição daimista”. Além disso, Goulart aponta para o emprego crescente de um vocabulário médico nas práticas persecutórias, tanto nos processos de regulamentação como nos de repressão, o que coloca o debate na já comentada zona de intersecção entre religião, política e medicina.

O artigo de Edward MacRae mantém um diálogo estreito com o de Goulart. A análise de MacRae se centra nas últimas ações de regulamentação do governo brasileiro sobre a ayahuasca, principalmente na Resolução do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) promulgada em 4 de novembro de 2004, que garantiu o direito de livre exercício da prática religiosa, reforçando a legitimidade jurídica de diversos grupos que utilizam a ayahuasca em seus ritos religiosos. Essa autorização já havia sido estabelecida por uma portaria de meados da década de 1980, mas

passou a ser rediscutida a partir de 2002, o que recoloca o problema da regulamentação nessa complexa e polêmica zona de intersecção entre Estado e religião. MacRae destaca, em consonância com Goulart, a relevância da abordagem médica na categorização e normatização do uso da ayahuasca, se detendo, contudo, numa analogia entre a situação atual vivida pelos grupos ayahuasqueiros e o processo de organização dos cultos afro-índigenas-brasileiros (como a umbanda) nas primeiras décadas do século XX. A comparação entre os cultos de origem afro e os ayahuasqueiros, em dois períodos históricos diferentes, acaba sugerindo a existência de transformações importantes no movimento de classificação, regulação e repressão de práticas religiosas que, em alguma medida, são vistas como marginais.

Vale lembrar que MacRae, Goulart e também Labate (que, nesta coletânea, se dedica à análise de um outro tema) participaram, como antropólogos, do processo da regulamentação estatal do uso da ayahuasca no Brasil, o que indica a pertinência de uma reflexão sobre o papel a ser ocupado pelas ciências sociais no debate público sobre as “drogas” – protagonizado, geralmente, como enfatizamos antes, sobretudo pelas ciências da saúde. Neste sentido, é preciso destacar que embora tanto o artigo de Goulart quanto o de MacRae se detenham na análise da presença de elementos do saber e do discurso médico no processo de normatização do uso da ayahuasca, por outro lado ambos deixam transparecer que, ao longo do tempo, esse processo contou cada vez mais com uma presença significativa de profissionais da área das ciências humanas, em especial da antropologia. Através de um detalhado relato histórico, MacRae aponta que, no Brasil, idéias como a da legitimidade religiosa das tradições amazônicas de uso da ayahuasca e, de um modo mais geral, de que existem padrões de consumo de psicoativos que servem de controles culturais no uso destas substâncias tornam-se predominantes, também, entre advogados, médicos, militares e gestores públicos. Os dois artigos também salientam a importância crescente do papel dos próprios grupos ayahuasqueiros na elaboração de políticas públicas sobre a ayahuasca, seja por meio da migração de noções religiosas para o discurso de agentes jurídicos e governamentais, seja pela inclusão direta, proposta pelo Estado, destes grupos nas comissões de elaboração de tais políticas.

O artigo das antropólogas Edilene Coffaci de Lima e Beatriz Caiuby Labate, embora não aborde o tema dos cultos ayahuasqueiros, evoca os personagens desse universo, na medida em que alguns desses despontam, segundo elas, entre os principais responsáveis pelo processo de difusão urbana do kambô ou *kampo* (*Phyllomedusa bicolor*), uma secreção com potencial intoxicante extraída de uma espécie de sapo e utilizada originalmente por populações indígenas do sudoeste amazônico (entre eles, Katukina, Yawanawá e Kaxinawá). O artigo reflete sobre o processo de migração e transformação dos significados do uso do kambô especialmente dos Katukina do alto e médio Juruá, que o adotam como estimulante cinérgico, no combate à condição de panema (“azar” na caça) e como revigorante, para populações urbanas dos grandes centros urbanos do centro-sul do país, geralmente associadas a um estilo de vida alternativo ou

Drogas e cultura: novas perspectivas

nova era. O kambô tem despertado, nas grandes cidades, um duplo interesse: como um “remédio da ciência” – no qual se exaltam suas propriedades bioquímicas – e como um “remédio da alma” – no qual o que mais se valoriza é sua “origem indígena”, sendo a substância compreendida por alguns, inclusive, como uma espécie de “planta de poder”, análoga ao peiote e à ayahuasca. Assim como no caso da ayahuasca, a análise de Lima e Labate nos remete à relação entre o “tradicional” e o “moderno”, levando ao questionamento desse tipo de dicotomia num mundo no qual os hábitos se tornam cada vez mais difundidos e entrelaçados. A expansão do uso do kambô no meio urbano sugere, pois, reflexões importantes acerca da naturalização do que é tradicional ou moderno e seus respectivos estatutos de legalidade e critérios de validação científica.

Os dois artigos que fecham esta coletânea abordam um dos fenômenos mais relacionados ao uso contemporâneo de drogas. Trata-se do consumo das chamadas *designers drugs* (drogas sintéticas modificadas por meio de manipulação laboratorial), e mais particularmente da substância MDMA, conhecida como *ecstasy*, no contexto da chamada “cena eletrônica”. O primeiro deles, de Maria Isabel Mendes de Almeida e Fernanda Eugenio, compara os significados dos consumos de “drogas” em duas gerações de camadas médias urbanas, a atual e aquela que ficou identificada ao chamado movimento da contracultura. Almeida e Eugênio dialogam, assim, com o estudo de Gilberto Velho, *Nobres e Anjos* (1998), procurando refletir sobre as mudanças na construção de subjetividades nesses dois períodos e sobre os sentidos atribuídos ao consumo de determinadas substâncias. A partir de dados etnográficos, as autoras apontam uma nova relação com o corpo e com o que é ingerido. Buscando entender a emergência de novas identidades (ou “bioidentidades”), argumentam que hoje se confere um novo significado às substâncias, notadamente as psicoativas, a partir de uma “construção farmacológica de si” baseada na idéia pragmática do “cálculo” e da “competência”. Ao contrário de um projeto político e existencial de auto-conhecimento e ruptura, que teria caracterizado a contracultura, o consumo atual de drogas como o *ecstasy* nos clubes noturnos das grandes cidades, de anabolizantes em academias de ginástica ou remédios para o humor na vida cotidiana estaria ligado a uma realização pessoal instantânea, adequada ao espírito de nossa época com sua ênfase no “bem estar” e na competição vertiginosa estipulada pelo capitalismo.

O outro artigo sobre o tema, de Tiago Coutinho Cavalcante, enfoca as festas *rave*, nome dado aos locais onde acontecem grandes festivais de música eletrônica, com interação entre correntes esotéricas globalizadas e estímulos tecnológicos múltiplos, num clima de êxtase coletivo. Inspirado por uma perspectiva que privilegia a reflexão sobre a construção da identidade através de performances corporais, Coutinho discorre sobre os cenários das *raves* como um enorme palco. O consumo de psicoativos faz parte de uma performance que pode ter diversos sentidos, de acordo com uma série de variáveis. O artigo trava um debate instigante com o trabalho de Almeida e Eugenio, na medida em que alerta para a heterogeneidade da cena

eletrônica contemporânea, expressa em festas de caráter mais frenético (clubes e festas noturnas urbanas) e outras de cunho mais transcendental (festas ao ar livre em meio à “natureza”). A comparação aponta para o fato de que os sentidos atribuídos ao consumo de substâncias psicoativas podem variar no interior de uma mesma geração, entre os consumidores de uma mesma substância (como ecstasy e a maconha) e de acordo com uma série de outras variáveis, como estímulos musicais externos (do *techno* ao *electro*, passando pelo *house*, ao *trance* psicodélico etc.).

Novamente, no artigo de Coutinho, as categorias nativas, como o “fritar” – associado à ingestão de estimulantes – e o “derreter” – associado ao consumo de alucinógenos – são trazidas à cena, o que abre-nos a possibilidade de conhecer formas de controle sociais que, de alguma forma, inibem o excesso e o abuso do consumo de substâncias psicoativas. Esse controle se daria, argumenta o autor, através da performance e da apresentação do corpo para o outro e, dessa forma, estabelece padrões num contexto geralmente associado a uma completa inexistência de ordem.

O livro conta, ainda, com uma ampla e cuidadosa pesquisa de imagens, as quais, embora não tenham sido pensadas como uma narrativa própria, trazem outros elementos significativos para a reflexão, permitindo novos olhares e percepções sobre os problemas levantados (e muitas vezes não resolvidos) pelos artigos. De certa maneira, o embaralhamento de fotos e referências visuais diversas parece expor, por si só, a amplitude e os múltiplos desdobramentos do tema.

Como na parábola indiana, a questão das “drogas” pode ser comparada a um elefante que, tocado em cada parte do seu corpo por diversos indivíduos cegos, não pode ser reconhecido. Tanto uma concepção excessivamente relativista ou culturalista, que nega os efeitos fisiológicos das diversas substâncias, o que é empiricamente incontestável e cujos mecanismos de ação são cada vez mais conhecidos, testados e divulgados pelos cientistas, quanto uma perspectiva biofarmacológica reducionista que toma o consumo dessas substâncias como o contato entre um indivíduo universal e uma molécula capaz de engendrar sempre os mesmos efeitos, ignorando as dimensões históricas, simbólicas, políticas e morais envolvidas na produção dos sentidos de todas as ações humanas, terminam por condenar o debate científico sobre o uso de “drogas” a uma estéril divisão entre partes – entre ciências biológicas e ciências humanas, entre realismo e construtivismo, entre objetividade e subjetividade e assim por diante. Esperamos sinceramente que este livro colabore não apenas para a consolidação do tema como objeto relevante de pesquisa entre os estudiosos da área de ciências humanas, mas para que ele represente mais uma etapa na construção de um debate público que se caracterize

Drogas e cultura: novas perspectivas

pela interdisciplinaridade e pelo embasamento aprofundado, crítico e responsável da discussão sobre o uso de “drogas”.

Notas

¹ Beatriz Caiuby Labate é doutoranda em Antropologia Social pela Unicamp e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP); Maurício Fiore é doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisador do Núcleo do NEIP; Sandra Lucia Goulart é professora da Faculdade Cásper Líbero, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisadora do NEIP. Agradecemos a Julio Assis Simões e Renato Sztutman pelos comentários a este texto.

² O termo drogas será utilizado aqui entre aspas porque trata-se do sentido mais usado e mais impreciso da palavra, que é o de substâncias psicoativas ilegais ou de abuso. Para uma discussão mais aprofundada, ver os artigos de Carneiro, Vargas, Fiore e Marras nessa coletânea e também Fiore em *Uso de Drogas: controvérsias médicas e debate público*, publicado em 2007 pela Editora Mercado de Letras de Campinas.

³ São elas: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Uberlândia (MG), Santa Luzia (MG), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Salvador (BA), Maceió (AL), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC).

⁴ www.neip.info

⁵ Os cursos ocorreram durante o primeiro semestre de 2003 e o segundo semestre de 2006. Ver <http://www.neip.info/curso1.html> e http://www.neip.info/curso_usp.html respectivamente.

⁶ O debate ocorreu em novembro de 2006. Ver o resumo das apresentações e o áudio das mesmas em: <http://www.neip.info/debate.htm>

⁷ Ver o programa completo em: http://www.neip.info/simposio_programa.htm e o áudio das apresentações em: http://www.neip.info/simposio_audio.html.

⁸ São eles: de Maria Lucia Karam, que participou do debate sobre política de drogas; uma entrevista de Maurício Fiore com Gilberto Velho e os artigos de Eduardo Viana Vargas e Stelio Marras, que não participaram do simpósio, mas ingressaram no NEIP após a sua realização.

⁹ Uma discussão mais aprofundada sobre a relevância dos estudos do consumo de substâncias psicoativas pode ser encontrada na entrevista de Gilberto Velho concedida a Maurício Fiore, incluída nesse livro.

¹⁰ A divisão clássica do trabalho científico define, desde os positivistas, que cabe às ciências humanas o estudo da sociedade e dos fenômenos culturais e às *hard sciences* o que seria físico ou natural. Ver o artigo de Stelio Marras nesta coletânea.

¹¹ Publicado posteriormente em: Velho, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹² Ladino era o termo usado para se referir aos nativos que dominavam a língua do colonizador.

¹³ A respeito da sua trajetória, ver a entrevista de Beatriz Caiuby Labate com Anthony Henman, *Uma antropologia que floresce fora da academia: Anthony Henman e el cactus San Pedrito*, disponível em <http://www.neip.info/downloads/t_bia5.pdf>.